

ODONTOLOGIA LEGAL: A UTILIZAÇÃO DO REGISTRO FOTOGRÁFICO NA IDENTIFICAÇÃO HUMANA

LEGAL DENTISTRY: THE USE OF THE PHOTOGRAPHIC RECORD IN HUMAN IDENTIFICATION

Marcela de Rezende Francis¹; Roberta Machado Batista²

RESUMO

Os registros fotográficos do sorriso surgiram como uma importante ferramenta para a ciência forense, visto que esses permitem que atributos e padrões dentais recentes de um indivíduo, que muitas vezes não estão disponíveis nas documentações odontológicas tradicionais, sejam observados. Até mesmo uma simples “selfie” publicada em uma rede social já é capaz de aumentar a probabilidade de identificação humana através dos dentes. A Odontologia legal utiliza-se de diversas técnicas e procedimentos derivados das perícias forenses para identificação humana, ganhando cada vez mais destaque e demonstrando a necessidade de capacitação profissional. O objetivo do presente trabalho é demonstrar a importância da manutenção de arquivo dos prontuários e de imagens na atividade clínica em odontologia como ferramenta de identificação em odontologia legal, bem como das fotografias oferecidas pelos parentes associadas a outros recursos de pesquisas. O estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura (RIL) realizada através de busca por publicações indexadas nas bases de dados eletrônicas da Revista Brasileira de Odontologia Legal, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Lilacs e Google acadêmico, no período entre 2017 e 2022, nos idiomas português e inglês, disponíveis em texto completo e *online*. Conclui-se que embora existam poucas pesquisas na literatura, observa-se que a utilização do registro fotográfico é uma grande aliada na identificação humana, tanto quanto são adquiridos de arquivo pessoal, mas também aquelas de uso profissional, evidenciando a necessidade de que esses registros sejam feitos e arquivados pelo cirurgião dentista e que mais estudos científicos dentro desta temática sejam realizados afim de determinar com maior precisão sua aplicabilidade.

Descritores: Odontologia legal; Registro fotográfico; Identificação humana.

ABSTRACT

Introduction: Photographic smile records have emerged as an important tool for forensic science, as they allow an individual's recent dental attributes and patterns, which are often not available in traditional dental documentation, to be observed. Even a simple “*selfie*” posted on a social network is already capable of increasing the probability of human identification through teeth. Forensic dentistry uses several techniques and procedures derived from forensic expertise for human identification, gaining more and more prominence and demonstrating the need for professional training. **Objective:** Demonstrate the importance of maintaining a file of medical records and images in clinical activity in dentistry as an identification tool in forensic dentistry, as well as photographs offered by relatives associated with other research resources. **Methodology:** The study is an integrative literature review (RIL) carried out through a search for publications indexed in the electronic databases of the Brazilian Journal of Forensic Odontology, Virtual Health Library (BVS), Lilacs and academic Google, in the period between 2017 and 2022, in Portuguese and English, available in full text and online. **Conclusion:** Although there is little research in the literature, it is observed that the use of photographic records is a great ally in human identification, evidencing the need for these records to be made and archived by the dental surgeon and that more scientific studies within this theme are carried out in order to determine more precisely its applicability.

Keywords: Legal dentistry; Photographic record; Human identification.

1 Acadêmica do 10º período do Curso de Graduação em Odontologia do Centro Universitário Serra dos Órgãos- UNIFESO.

2 Docente do Curso de Graduação em Odontologia do Centro Universitário Serra dos Órgãos- UNIFESO.

INTRODUÇÃO

A Odontologia Legal é um recurso fundamental nas investigações forenses, visto que avanços tecnológicos e o emprego de diferentes técnicas comparativas e reconstrutivas, tem permitido a identificação humana e a investigação de crimes por meio de procedimentos precisos e apurados (JÚNIOR; OLIVEIRA, 2021).

De acordo com Andrade *et al.*, (2021), os chamados odontologistas são especialistas que atuam individualmente ou com um auxiliar de justiça, realizando procedimentos periciais que se configurem como provas de identificação, fornecendo assim ferramentas para elaboração de laudos periciais.

Neste contexto é importante ressaltar que a atuação do cirurgião dentista no ramo da Odontologia Legal está assegurada pela Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1996, que regulamenta o exercício da Odontologia no Brasil e também pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO), por meio da Resolução nº 63, de 08 de abril de 2005; que define a atuação do especialista em Odontologia Legal como, entre outros, identificação humana, tanatologia forense, infortunística, traumatologia, balística forense e imaginologia (GIOSTER-RAMOS *et al.*, 2021).

O processo de identificação humana, se dá através do estabelecimento da individualidade, ou seja, da definição de um elenco de atributos e caracteres que fazem uma pessoa diferente de todas as outras e igual apenas a si mesma. Essa individualidade é definida pela utilização de um conjunto de técnicas científicas, que podem ser empregadas de forma separada ou combinada e que se classificam em: primárias e secundárias; sendo as primárias a odontologia legal, papiloscopia e análise do DNA; utilizadas na identificação e secundárias, a antropologia forense, o reconhecimento facial, roupas, próteses e outros, utilizadas no reconhecimento (FRANÇA, 2017).

Já o reconhecimento humano, pode ser feito a partir de imagens e vídeos obtidos de câmeras digitais e/ou dispositivos de vigilância junto aos analistas forenses. Esse desempenha um importante papel na identificação ou eliminação de um indivíduo mediante a comparação das particularidades encontradas por meio de análise e interpretação de seu conteúdo (SILVA; ZAMORA, 2019).

Segundo Suarez *et al.* (2021), partindo do princípio de que não existem duas coisas no mundo que sejam exatamente iguais, qualquer indivíduo que possua características únicas, pode ser identificado. Essas características podem ser observadas, por exemplo, em radiografias dentárias, fotografias médicas de cabeça e pescoço, registros dentários, modelos e fotografias do sorriso, entre outras.

Os dentes humanos possuem extrema importância no processo de identificação humana devido à grande possibilidade de as características dentárias de um determinado indivíduo, jamais se manifestarem de maneira igual às de outro indivíduo e pela resistência proporcionada pelo esmalte dentário a eventos fisiológicos, como: decomposição, traumatismos e carbonização; o que torna o dente humano o tecido de maior probabilidade a ser preservado (DARUGE, 2017).

Conforme ressalta Júnior e Oliveira (2021), os elementos dentários são capazes de fornecer informações singulares e individuais, especialmente quanto aos procedimentos odontológicos realizados e devidamente arquivados.

Neste sentido, Salles e Villalobos (2018), destacaram que as radiografias odontológicas são os principais instrumentos utilizados para comparação da características dentais, porém, nos casos em que os dados dentais ante morte podem não disponíveis por diversas razões há que se utilizar técnicas diversas, diferentes das convencionais para se atestar a identidade do indivíduo, dente as quais as fotografias do sorriso e da face.

É muito comum na prática odontológica atual que os cirurgiões-dentistas façam o uso de meios fotográficos para obter registro de seu desempenho durante o tratamento de seus pacientes, com a finalidade de propor resultados nos comparativos de antes, durante e depois (LINS; VAZ; ANDRADE, 2020).

Além disso, segundo Silva e Zamora (2019), diante do crescente uso de dispositivos eletrônicos, tal como utilização de redes sociais, a obtenção de imagens ante morte tem tornado mais fácil a identificação através do sorriso.

Considerando que a identificação humana via registros fotográficos, tanto odontológicos quanto casuais, vem crescendo nos últimos tempos, principalmente em decorrência da falta de registros radiográficos ou de procedimentos em prontuários, bem como em consequência dos avanços tecnológicos e da utilização das redes sociais, esta é uma temática com demasiada relevância a ser explorada, visando ressaltar a importância da Odontologia Legal e dos registros fotográficos do sorriso como uma ferramenta de reconhecimento e consequente identificação humana.

OBJETIVOS

Objetivo primário

Demonstrar a importância da manutenção de arquivo dos prontuários e de imagens na atividade clínica em odontologia como ferramenta de identificação em odontologia legal, bem como das fotografias oferecidas pelos parentes associadas a outros recursos de pesquisas.

Objetivos secundários

1. Descrever aspectos históricos da odontologia legal relacionados à identificação Humana
2. Citar os métodos de identificação utilizados na Odontologia legal.

REVISÃO DE LITERATURA

1. Odontologia legal: Contexto histórico

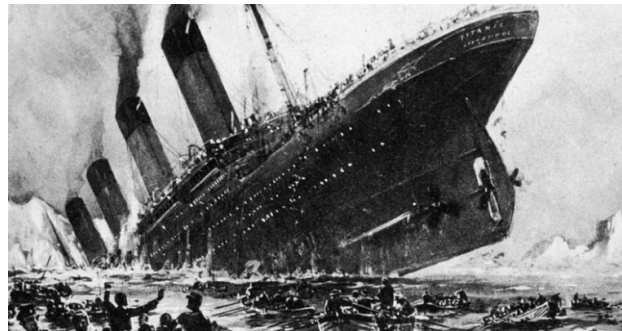
A Odontologia Legal possui um papel importante tanto nos processos cíveis quanto penais, em especial na identificação humana de casos mais complexos, já que existem situações em que os elementos dentários podem se tornar os únicos componentes viáveis para análise de singularidades do indivíduo (JÚNIOR; OLIVEIRA, 2021).

Essa é uma das especialidades da Odontologia que tem como objetivo pesquisar fenômenos psíquicos, físicos, químicos e biológicos capazes de atingir ou ter atingido o homem, vivo, morto ou sua ossada, e mesmo fragmentos ou vestígios, resultando lesões parciais ou totais reversíveis ou irreversíveis (NÓBREGA, 2017).

Segundo Silva *et al.* (2017), o marco inicial da Odontologia Legal ocorreu em 1897 na cidade de Paris, na França, após 126 membros da alta sociedade morrerem carbonizados e mais de 200 pessoas ficaram feridas em um incêndio no Bazar de Charité. Embora muitos corpos tenham sido reconhecidos, 30 deles não foram reclamados e por isso, o Cônsul do Paraguai, na época, convocou cirurgiões dentistas para auxiliar na identificação das vítimas.

Um outro fato citado por Vanhoni *et al.* (2019), foi o famoso acidente com o transatlântico Titanic em 1912, onde ao chocar-se com um iceberg, deixou 1.513 mortos, sendo a maioria das vítimas identificadas através do exame da arcada dentária (figura 1).

Figura 1- Reconstituição do naufrágio do Titanic



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54653975>

Além deste incidente, existem outros também famosos, como o acidente da empresa aérea TAM em 2007, quando durante o pouso no aeroporto de Congonhas, atravessou uma avenida e colidiu com o prédio da TAM *Express* e um posto de gasolina, resultando em 187 óbitos onde, 79 vítimas puderam ser identificadas por exame de arcada dentária (Figura 2) (VANHONI *et al.*, 2019).

Figura 2- Momentos após o acidente da empresa aérea TAM



Fonte: <https://vejasp.abril.com.br/coluna/memoria/acidente-aereo-congonhas-tam-dez-anos/>

Moretto *et al.* (2020) também citam um incidente mais recente, o atentado ao *World Trade Center em Nova York* no dia 11 de setembro de 2001, onde odontologistas participaram do processo de identificação das vítimas.

Figura 3- *World Trade Center* “Torres gêmeas”



Fonte: <https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2018/09/11-de-setembro-17-curiosidades-sobre-o-atentado-as-torres-gemeas.html>

Para Lins, Vaz e Andrade (2020), somente profissionais habilitados nessa área, os cirurgiões-dentistas especialistas em Odontologia legal, devem atuar, visto que possuem treinamento e habilitação para realizar análise, perícia e avaliação dos eventos relacionados a esse tipo de situação, ou seja, são especialistas na área forense, conhecedores de noções de Medicina Legal, Sociologia, Criminalística e Direito, que abrange leis e códigos universais.

2. Identificação humana e Odontologia legal

Para Fernandes *et al.* (2017), devido ao aumento da violência, a necessidade de identificações humanas, sejam oriundas de vítimas de homicídios ou acidentes em massa, colocam os profissionais frente a corpo(s) carbonizado(s), em avançado(s) estado(s) de decomposição ou esqueletizados, representando um obstáculo para a determinação da identidade em questão.

A principal aplicação da Odontologia legal é identificar o corpo humano a partir de características individuais presentes nos dentes, utilizando métodos comparativos, ou seja, confrontando registros *Ante Mortem* (AM) e *Pós Mortem* (PM) (KITAGAWA *et al.* 2020).

Segundo Arraes (2021), o exercício da Odontologia Legal pode ser dividido em: atividade civil, criminal ou pesquisa. Na área civil, a atuação ocorre mediante a identificação humana de indivíduos vivos ou não, e na criminal se enquadram os processos de identificação através de dentes ou marcas de mordida que possam identificar uma vítima ou agressor.

Para Nóbrega (2017), o odontologista em um Instituto Médico-Legal está capacitado a executar perícias necroscópicas e em indivíduos vivos, exames de identificação humana pela arcada dentária, e a antropologia forense com a determinação de sexo, estimativa estatura, idade e ancestralidade.

Segundo Kitagawa *et al.* (2020), a identificação humana consiste na utilização de técnicas científicas para estabelecer a identidade de um indivíduo. Que para Sales, De Oliveira e Villalobos (2018), consiste na soma de sinais, marcas e caracteres positivos ou negativos que, em conjunto, individualizam o ser humano, distinguindo-o dos demais. Esse trata-se de um processo que necessita ser incorporado no contexto da perícia médico legal e odontológica, fornecendo esclarecimentos à justiça de maneira eficaz para haja uma identificação positiva (NÓBREGA, 2017).

De acordo com Júnior e Oliveira (2021), os dentes possuem características morfológicas e anatômicas que conferem resistência aos eventos e intempéries capazes de destruir e alterar os tecidos humanos. Para a *American Board of Forensic Odontology*–ABFO, o processo de identificação humana pode levar às seguintes conclusões:

1. Identificação positiva: quando não há discrepâncias inexplicáveis e o número de coincidências é suficiente para estabelecer a identidade da pessoa;
2. Identificação possível: quando há evidências consistentes de que os dados AM e PM pertencem à mesma pessoa, mas em virtude de falhas no registro prévio ou pobreza de informação post-mortem a identificação positiva não pode ser determinada;
3. Evidência insuficiente: quando a informação disponível é insuficiente para formar a base para uma conclusão;
4. Exclusão: quando dados são manifestamente incompatíveis.

O corpo humano pode estar em vários estágios; pode ser que se encontre putrefeito, carbonizado, em esqueletização ou esqueletizado. Logo, a definição de quais métodos de identificação serão utilizados irá depender das condições em que o corpo é encontrado e da disponibilidade de registros dentais e sociais existentes (SILVA *et al.*, 2018).

Os meios que permitem o processo de identificação odontolegal existentes na literatura são: exame de arcada dentária, estimativa da idade e estatura utilizando os dentes, fotografias do sorriso, rugoscopia palatina, grupo étnico, anatomia craniana, determinação do sexo pelas características cranianas, determinação da idade pelo ângulo do ramo da mandíbula, DNA e a autópsia virtual (NÓBREGA, 2017).

De acordo com a *The International Criminal Police Organization* (INTERPOL), os métodos primários de identificação humana se dividem em papiloscopia, perfil de DNA e Odontologia; enquanto nos métodos secundários temos as tatuagens, as roupas, as próteses, entre outros (KITAGAWA *et al.*, 2020).

3. Técnicas de identificação humana

Para Júnior e Oliveira (2021), existem diferentes técnicas de identificação humana, entre elas perfis de DNA, impressões digitais e comparação das estruturas dentárias. A Antropologia forense é a área que trata de diversas questões da investigação médico-legal e que tem como principal objetivo, a identificação sistemática e técnico-científica de corpos em estado de decomposição ou esqueletizados. Essa identificação ocorre através de um perfil biológico traçado, capaz de indicar de forma probabilística o sexo, a idade, estatura e ancestralidade.

Ainda segundo os autores, entre as técnicas de identificação, a de primeira escolha é a papiloscopia; essa consiste na coleta de digitais da vítima para posterior comparação com arquivos presentes nos Institutos de Identificação dos Estados e, a nível federa, no Instituto Nacional de Identificação.

Já a segunda escolha, é através da comparação do conjunto de informações odontológicas obtidas em vida, como o prontuário, que contém odontograma, anotações clínicas, modelos em gesso, exames radiográficos, enfim, toda documentação sobre o tratamento do paciente.

O terceiro método de escolha é a avaliação genética através de vestígios biológicos, como sangue, saliva, espermatozoides, pelos entre outros; obtidos da vítima e comparados aos de possíveis familiares ou até do próprio falecido, como por exemplo, uma escova de dentes (JÚNIOR; OLIVEIRA, 2021).

a. Identificação ou reconhecimento através de documentação odontológica

A documentação odontológica possui dados AM dos prontuários odontológicos incluindo o registro de procedimentos terapêuticos realizados, bem como radiografias intra e extraorais e modelos de gesso. Tais dados são utilizados para identificação odontológica humana com base em sua alta prevalência na rotina clínica, principalmente para o planejamento de reabilitações, restaurações e cirurgias bucais. As fotografias intraorais representam um dos dados AM muito úteis para a identificação humana, além de possuir a vantagem de registrar identificadores morfológicos, terapêuticos e patológicos utilizados para identificação humana odontológica sem expor o paciente à radiação e a necessidade de equipamentos e equipamentos de imagem caros (SILVA *et al.*, 2017).

Para Ramos, Curi e Baldasso (2022), dentre as perícias que resultam no reconhecimento, estão: a vistoria direta do cadáver por parentes, a suspeita advinda de retratos falados, a reconstrução facial forense e o reconhecimento facial por fotografias.

Para Júnior e Oliveira (2021), uma outra alternativa são as fotografias casuais, pois disponibilizam características e padrões dentários do indivíduo, que por diversas razões, podem não estar disponíveis nas documentações odontológicas comuns, o que certamente amplia a possibilidade de identificação humana pelos dentes.

DISCUSSÃO

A Odontologia forense, também chamada Odontologia legal, utiliza-se de diversas técnicas e procedimentos derivados das perícias forenses para identificação humana, seja de uma pessoa viva, falecida ou até

mesmo seus restos mortais através de métodos, como: rugoscopia, queilosopia, imaginologia, papilosopia, documentação clínica, ortodôntica e registros fotográficos (SALES; DE OLIVEIRA; VILLALOBOS, 2018; ALVES *et al.*, 2022).

Exemplificando um dos métodos utilizados pela odontologia na identificação, Silva, Martins e Amaral (2021), relataram o caso de um cadáver do sexo feminino, inicialmente não identificado, vítima de um acidente automobilístico seguido de incêndio, cujo reconhecimento por parte dos familiares foi prejudicado e a coleta das impressões digitais também não teve qualidade necessária para que o confronto papiloscópico fosse realizado. Após a identificação de uma contenção ortodôntica na cavidade bucal, a família foi orientada a fornecer a documentação odontológica da vítima, para que as imagens e demais informações lá contidas pudessem ser confrontadas. Além das fotografias intra e extra bucais, também foram disponibilizados o modelo de gesso, radiografias e o ajuste oclusal. As fotografias AM foram comparadas aos arcos dentais do cadáver, sendo possível visualizar a semelhança entre a anatomia dos dentes, a conformação dos arcos dentais, posicionamento dental e as restaurações estéticas previamente avaliadas. Para os autores, documentação ortodôntica foi de fundamental importância para a identificação rápida, segura e incontestada, tanto pela riqueza de informações contidas nas imagens e modelos de gesso, quanto por estar adequadamente arquivada com o cirurgião-dentista que assistiu a vítima em vida.

Já Gioster-Ramos *et al.* (2021) afirma que a Odontologia legal trata-se de um ramo da odontologia que utiliza a ciência odontológica para identificar restos humanos desconhecidos, através da comparação de dados *Ante Mortem* (AM) e *Post Mortem* (PM), representando um dos principais métodos utilizados para identificação de vítimas em desastres em massa; sendo necessária também em casos, como: corpos carbonizados, mutilados ou em decomposição, onde em tais condições, torna-se impossível, por exemplo, a análise de impressões digitais (SILVA, 2021).

Nesse contexto, Baldin *et al.* (2019) também relatam o caso de um cadáver do sexo masculino, não identificado, vítima de afogamento numa praia situada em um município do estado do Maranhão- Brasil. O corpo encontrava-se em adiantado estado de putrefação, impossibilitando sua identificação por meio do exame necropapiloscópico. Durante a análise feita pelo odontologista, foi observado que a vítima possuía aparelho ortodôntico, sugerindo a existência de ampla documentação disponível. Após a família ter sido orientada a fornecer a documentação ortodôntica, a comparação com os dados coletados no exame PM constataram perfeita concordância das imagens AM e PM dos arcos dentários superior e inferior, com os aspectos morfológicos dos dentes e sua disposição nos arcos, ainda que após pequena movimentação ortodôntica. Segundo eles, a associação da documentação ortodôntica fornecida pelos familiares com fotos, radiografias e pareceres, somados aos dados odontológicos obtidos no exame cadavérico, permitiram a confirmação da identidade do indivíduo.

De acordo com Fernandes *et al.* (2017), apesar de existirem algumas limitações para estabelecer a identificação humana em casos complexos devido falta de técnica profissional das fotografias de arquivos pessoais, a grande popularização das fotografias digitais, principalmente com o uso dos smartphones, a análise do sorriso como método principal de identificação pericial, vem se tornando uma alternativa bastante eficaz na rotina pericial. Corroborando com esta possibilidade do uso da fotografia quando não há documentação ortodôntica disponível, Araújo *et al.* (2019) descreveram um caso que trata da identificação humana através de fotografias do sorriso do tipo *selfie*. Neste caso, o Instituto Médico Legal (IML) de Goiânia recebeu uma ossada para identificação. Os supostos familiares da vítima relataram não haver documentações odontológicas, além de não saber qual o cirurgião dentista que a estaria acompanhando. No entanto, apresentaram fotos do tipo *selfie* da pessoa desaparecida e o odontologista realizou a comparação morfológica e posterior desenho da linha do sorriso, possibilitando a identificação positiva da vítima em questão. Para os autores, o uso das fotografias do tipo *selfie* para delineamento da linha do sorriso, é capaz de possibilitar a identificação de ossada humana.

Conforme afirmam Lins, Vaz e Andrade (2020), o reconhecimento odontológico de cadáveres carbonizados, putrefatos ou esqueletizados através de suas características odontológicas pode ser dividido em três etapas,

sendo a primeira, a análise de todas as particularidades odontológicas presentes nos remanescentes dentários e demais estruturas do complexo bucomaxilofacial do corpo examinado (cáries, restaurações, tratamentos endodônticos), a segunda, a análise das características e informações que constam na documentação odontológica (protuário, fichas clínicas, radiografias, fotografias do sorriso e modelos de gesso) e a terceira, a comparação dos dados obtidos na primeira e segunda etapa, considerando-se a mesma região e/ou estrutura anatômica, associando-as a fim de poder determinar se aquele corpo é de fato da pessoa desaparecida em questão. Assim como destaca Kitagawa *et al.* (2020) através do relato de três casos de identificação humana realizados através da comparação entre fotografias do sorriso AM e PM para esse processo. O 1º caso, tratava-se de remanescentes humanos completamente esqueletizados que foram encaminhados ao IML para identificação. A fotografia PM foi tirada diretamente na ossada, a fim de reproduzir uma incidência semelhante à sua imagem em vida. A comparação entre o material questionado (fotografia AM) e o material padrão (fotografia PM) foi executada por meio de análise morfológica visual e delineamento computadorizado da linha do sorriso, a fim de estabelecer compatibilidades e divergências. Tal análise evidenciou coincidência entre a anatomia coronária, formato e posicionamento dos elementos entre o perfil biológico da ossada e o histórico da pessoa desaparecida, tendo sua identificação positiva.

O caso 2, tratava-se de um crânio e uma mandíbula humanos em fase de esqueletização, encaminhados ao IML para identificação. Como registros AM, foi recebido um prontuário odontológico com informações sobre tratamentos anteriores e um auto retrato (selfie) em que a suposta vítima estaria sorrindo. A fotografia PM foi tirada diretamente na maxila para posterior confronto dos dados AM e PM por meio da análise morfológica visual e o delineamento computadorizado do sorriso. A análise das fotografias evidenciou coincidência entre a anatomia coronária, formato e posicionamento dos elementos dentais superiores anteriores no arco, além da compatibilidade entre a inclinação da face distal do elemento 11, a borda incisal plana do elemento 12 e 21 e a curvatura do 13. Conforme os achados entre o perfil biológico do crânio e da mandíbula analisados e o histórico da pessoa desaparecida, foi possível estabelecer por meio do confronto odontológico, a identificação como positiva.

Já o caso 3, tratava-se de um cadáver humano completamente esqueletizado, que foi encaminhado ao IML para identificação. Como registros AM, foram apresentadas três fotografias da pessoa desaparecida em vida para posterior confronto com os registros fotográficos PM. Após análise morfológica visual e do delineamento computadorizado da linha do sorriso, foram evidenciadas coincidências entre as anatomias coronárias, formatos e posicionamento dos elementos dentais superiores, principalmente dos anteriores. Além destas características visualizadas, também foi possível observar a compatibilidade entre a inclinação da face distal do elemento 11 (incisivo central superior direito), a borda incisal plana do elemento 12 (incisivo lateral superior direito) e a borda incisal do elemento 21 (incisivo central superior esquerdo). Após estes três relatos, os autores concluíram que a fotografia do sorriso é uma grande aliada na identificação humana, visto que os relatos demonstraram um resultado promissor de sua utilização.

Além dos casos já destacados, Silva *et al.* (2017) descreveram o caso de um cadáver humano altamente decomposto e com várias partes esqueletizadas, encontrado em uma região florestal e encaminhado para o IML para identificação. Devido à decomposição do tecido mole, a identificação pelas impressões digitais foi dificultada, sendo realizada a autópsia odontológica. Foram observadas em ambas as arcadas a existência de aparelhos ortodônticos fixos, além de bandas ortodônticas, diastemas na região anterior da maxila e restaurações oclusais de amálgama. A documentação odontológica foi solicitada e fornecida pela família, incluindo fotografias intrabucais e radiografia panorâmica realizada 7 meses antes do corpo ser encontrado. Traços dentários semelhantes no arco superior e inferior puderam ser observados nos dados AM e PM, entre eles, a quantidade de dentes presentes, as restaurações de amálgama, os diastemas e os aparelhos ortodônticos fixos e bandas. Com base nisso, os autores puderam dar a identificação humana como positiva, fundamentada na comparação de dados fotográficos odontológicos.

Da Nóbrega *et al.* (2021) relataram o caso de um cadáver do sexo masculino que chegou a um Instituto Oficial de Perícias do Nordeste Brasileiro em estado avançado de decomposição e características do fenômeno de maceração, necessitando de identificação, devido ao fato deste fenômeno impossibilitar a identificação por digital. Após entrarem em contato com o dentista do indivíduo, a família forneceu a documentação odontológica com imagens exigidas pelo plano de saúde odontológico, para confronto dos dados AM e PM das arcadas superior e inferior pelos odontologistas. Não foram observados pontos divergentes e sim, congruências relativas quanto ao formato da arcada, tratamentos odontológicos, presença e ausência dentárias, forma e posição dos elementos, além de lesões de cárie, se tornando possível associar a identidade da vítima desaparecida ao corpo examinado. Com isso, os autores puderam concluir que o confronto de características individualizadoras AM e PM pelos odontologistas, é capaz de solucionar esses casos de forma rápida, econômica e confiável.

Como é possível perceber, muitos estudos já concordam com a utilização de fotografias como recurso para identificação humana, no entanto, Fernandes *et al.* (2017) ressaltam que existem outras limitações dos métodos forenses, como por exemplo, baixa qualidade da imagem AM e a data do registro fotográfico em vida, já que os dentes podem sofrer alterações de formato e posição por meio de tratamentos odontológicos restauradores e estéticos, levando a possibilidade de se obter um falso resultado, assim como o número limitado de dentes visíveis na fotografia do sorriso. Corroborando com essa preocupação, Kitagawa *et al.* (2020) destaca que devido as particularidades do método, são necessárias mais pesquisas controladas com a finalidade de verificar de forma mais rigorosa sua precisão e limitações práticas.

CONCLUSÃO

A Odontologia Legal possui um papel importante tanto nos processos cíveis quanto penais, em especial na identificação humana de casos mais complexos, como corpos carbonizados, putrefeitos, esqueletizados e mutilados.

A utilização de métodos da Odontologia Legal para a identificação humana garante resultados seguros, por meio de técnicas de baixo custo e fácil aplicabilidade. Mas, para isso, são necessários materiais AM fornecidos através dos prontuários odontológicos, bem como imagens radiológicas, fotografias intraorais e odontogramas, para que o confronto entre as informações AM e PM possa ser realizado de maneira consistente.

Caso não haja documentação odontológica disponível, a família pode disponibilizar fotos de arquivo pessoal e até mesmo “selfies”, que poderão ser comparadas com dados PM, auxiliando no processo de reconhecimento e identificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A.C.P et al. Métodos utilizados em Odontologia Legal para identificação humana. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, p. 1-8, 2022.
- ANDRADE, A.M.C et al. Odontologia legal—o papel do Odontologista na identificação de cadáveres: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. 1-8, 2021.
- ARRAES, I.B. Fotografias do sorriso na identificação humana: revisão de literatura. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Odontologia) – Centro Universitário Dom Bosco, São Luís – MA, 2021.
- BALDIN, M et al. Identificação de vítima de afogamento por meio de documentação ortodôntica: relato de caso. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, v. 6, n. 2, p. 61-68, 2019.
- DA NÓBREGA, L.M et al. Identificação de corpo macerado por meio de fotografias intraorais exigidas por um plano de saúde odontológico: relato de caso pericial. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, v. 8, n. 2, p. 105-115, 2021.
- DARUGE, E. Tratado de odontologia legal e deontologia. 1ª Edição – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

- FERNANDES, L.C.C et al. Identificação odontológica post-mortem por meio de fotografias do sorriso: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, v. 4, n. 3, p. 57-66, 2017.
- FORTES, A.B.C; FURTADO, F.M.S; LIMA, L.N.C. Análise da importância da documentação odontológica no processo de identificação humana no IML de São Luís, Maranhão. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, v. 7, n. 2, p. 22-32, 2020.
- FRANÇA, G. V. **Medicina Legal**. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- GIOSTER-RAMOS, M.L et al. Técnicas de identificação humana em Odontologia Legal. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. 1-14, 2021.
- JÚNIOR, F; OLIVEIRA, J. Identificação cadavérica utilizando análise comparativa de fotografias digitais da dentição: revisão de literatura. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Odontologia) – Universidade de Brasília, Brasília- DF, 2021.
- KITAGAWA, P.L.V et al. O uso de fotografias do sorriso como um método de identificação humana: relatos em série. **Saúde Ética & Justiça**, v. 25, n. 2, p. 54-62, 2020.
- LINS, A; VAZ, L.A; ANDRADE, E.D.S. Identificação humana através da linha do sorriso. **Facit Business and Technology Journal**, v. 2, n. 19, p. 42-50, 2020.
- MORETTO, M.J et al. A atuação do odontologista: conceito, história e recursos de identificação. **Journal of Multidisciplinary Dentistry**, v. 10, n. 1, p. 36- 40, 2020.
- NÓBREGA, A.Q.B. Aplicação da fotoantropometria na odontologia legal: revisão de literatura. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Odontologia) – Universidade Federal da Paraíba- PB, 2017.
- RAMOS, M.O. D.R; CURI, J. P; BALDASSO, R.P. Reconhecimento facial na prática forense: uma análise dos documentos disponibilizados pelo FISWG. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, v. 9, n. 1, p. 98-113, 2022.
- SALES, E.O; DE OLIVEIRA, M.I; VILLALOBOS, B. O potencial da odontologia legal sem o uso de exames radiológicos para a identificação humana. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, v. 5, n. 3, p.52-61, 2018.
- SILVA, I.I et al. Pesquisa odontológica brasileira em regeneração óssea guiada: um estudo bibliométrico de quatro décadas. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. 1-13, 2021.
- SILVA, R.F et al. A importância das variações anatômicas das raízes de incisivos inferiores para a identificação humana–Relato de Caso Pericial. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, v. 5, n. 3, 74-85, 2018.
- SILVA, R.F. et al. Importância pericial das fotografias intraorais para a identificação humana em autopsias odontológicas: relato de caso. **Bioscience Journal**, v. 33, n. 6, p. 1696-1700, 2017.
- SILVA, W.F; MARTINS, L.B.C; AMARAL, M.A. Importância da documentação ortodôntica para análise odontológica e rugoscópica forenses: relato de caso. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, v. 8, n. 3, p. 103-114, 2021.
- SILVA, A.M.S; ZAMORA, L.G.C. Fotografias do sorriso: uma ferramenta para identificação humana na odontologia legal. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Odontologia) – Centro Universitário São Lucas, Porto Velho- RO, 2019.
- SUAREZ, A.V.G. Evolução da odontologia legal e sua importância no processo de identificação humana. **Cadernos de Odontologia do UNIFESO**, v.3, n.1, p.75-84, 2021.
- VANHONI, B.B et al. Abordagem da perícia odontologia em corpos carbonizados. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Odontologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis- SC, 2019.